

As Escolas Comunitárias de Luanda: Um contributo para o desenvolvimento sustentável da escolarização em Angola

Carolina Mendes*

P. 135-152

1. Introdução

É num contexto de mudança, de grande crescimento económico e de reconstrução geral que Angola, tanto ao nível de infra-estruturas físicas como de formação do capital social, tem sido, a nível mundial, um centro de atenções, um motivo de extensas reflexões e diversos relatos que descrevem em pormenor o como se vive em Luanda. Não obstante, há um ponto que é comum em todas as descrições, os modos de viver opostos entre os seus habitantes, onde uns se distinguem pela riqueza e outros pela pobreza extrema. De facto, a maior parte da riqueza do país fica concentrada nas mãos de alguns. Segundo a Transparency International¹ Angola, não tem conseguido controlar o fenómeno da corrupção, passando de 158.^a posição (em 2008) na respectiva lista de países mais corruptos para 168.^a posição (em 2011) - o país mais corrupto encontra-se no 182.^o lugar. Assim, Angola é um estado “(...) que faz parte de um conjunto de países que apesar do seu potencial para gerar fortes rendimentos que poderiam aumentar o desenvolvimento social, acabaram por não conseguir traduzir a sua riqueza em programas sustentáveis de redução da pobreza (...)” (André, 2009). Este facto contribui para que Angola não ocupe uma posição muito boa no Índice de Desenvolvimento Humano

* Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa; Especialista em Administração e Gestão Educacional; é técnica de educação de projectos da cooperação portuguesa no Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e investigadora no Centro de Estudos Africanos do Porto (CEAUP). Viveu durante oito anos em Luanda-Angola (2003-2010), leccionou no ensino básico do primeiro ciclo e constituiu uma empresa de diferentes serviços educacionais em Luanda (acompanhamento pedagógico a alunos, língua portuguesa para estrangeiros e formação de professores) e de forma voluntária desenvolveu advocacia numa ONG angolana cujas dinâmicas decidiu investigar.

1 A Transparency International (TI), segundo os próprios estatutos, é uma ONG internacional que lidera a luta contra a corrupção. Ela une os povos numa poderosa coligação à escala mundial para pôr fim ao devastador impacto da corrupção ao redor do mundo. Esta instituição publica duas categorias de dados: por um lado o Índice de Percepções da Corrupção, a medida mais conhecida e utilizada de medição da corrupção em pesquisas científicas e, por outro lado, o Índice de Países Corruptores organizado do menos corrupto (1.^o Lugar) para o mais corrupto (180.^o), a que corresponde a uma escala de 10 pontos (livre de corrupção) e zero pontos (muito corrupto). Ver em http://www.transparency.org/publications/publications/other/corruption_perceptions_index_2011.

(IDH)², mais precisamente o 184.º lugar (PNUD, 2011)³ num total de 187 países, apesar dos evidentes esforços por parte do governo e de outras organizações para a promoção da igualdade de oportunidades, poder-se-á afirmar que crescimento económico é diferente de desenvolvimento, uma vez que, “(...) depois da guerra, Angola atingiu um crescimento económico de dois dígitos, mas os esforços de desenvolvimento vão a um ritmo mais lento (...)” (Ferreira, 2009, s.p.) e não se fazem sentir nas comunidades locais. Os países da África Subsariana, como é o caso de Angola, têm tentado cumprir o compromisso assumido de desenvolver a Educação para Todos, no entanto ainda há muito a fazer. O relatório da UNESCO de 2011 considera que “(...) o número de crianças fora da escola vem caindo muito lentamente. Em 2008, 67 milhões de crianças estavam fora da escola. O progresso em direcção à universalização da escolaridade está mais lento. Se as tendências actuais continuarem, pode haver mais crianças fora da escola em 2015 do que há hoje.” (UNESCO, 2011, p.5) Urge o tempo e cada vez há mais necessidade de se desenvolver uma educação sustentável, de se colocarem em prática ideias que resultem, ideias centradas no homem. Ideias que se inspirem no respeito pelo próximo, na satisfação das necessidades de base, na união da humanidade, na promoção da cidadania global, actos que contribuam para que a educação “primária” universal seja atingida até 2015 - um dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM)⁴ assumidos pela comunidade internacional na Declaração do Milénio pela Assembleia-geral das Nações Unidas. Ora, como se pode esperar este tipo de iniciativas da parte de países ditos subdesenvolvidos? O que esperar de Angola, que após ter aprovado o novo orçamento de estado atribuindo à educação apenas 8,5 %, apesar de mais de 50% da população adulta ser analfabeta? O que se espera de um povo constituído por uma geração mais velha que não teve a oportunidade de frequentar a escola devido aos anos de instabilidade política e de guerra em que viveu? Por outro lado, e agora por razões diferentes, relacionadas com a fase de reconstrução do país, a geração mais nova estará sentenciada a um destino semelhante? Necessitam-se não só de medidas concretas e contextualizadas que considerem tanto a geração mais velha como a futura geração, assim como de uma nova postura do Governo e da sua ação, pois não se pode pactuar com o presente, que impede uma melhor formação e educação do futuro cidadão angolano.

2 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) “(...) é um índice composto que pretende medir por aproximação a qualidade de vida ou o desenvolvimento humano de cada país a partir de três dimensões básicas da condição humana: longevidade, conhecimentos e rendimento económico. O índice é uma média ponderada dessas três componentes, rendimento económico, esperança de vida e nível de educação” (PNUD-Angola, 2005a, p. 29).

3 Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf

4 A declaração do Milénio, adoptada em 2000 por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas veio lançar um processo decisivo da cooperação a nível global no presente século. Nesta declaração foi dado um grande impulso às questões do Desenvolvimento, identificando os desafios centrais enfrentados pelo Homem com a aprovação dos ODM pela comunidade internacional, a serem atingidos num prazo de 25 anos, sendo eles:

- 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- 2 - Alcançar o ensino primário universal;
- 3 - Promover a igualdade entre sexos e a autonomização das mulheres;
- 4 - Reduzir a mortalidade de crianças;
- 5 - Melhorar a saúde materna;
- 6 - Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças;
- 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8 - Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Retirado a 23-02-10 de <http://www.objectivo2015.org/>

2. A particular realidade comunitária nas periferias

Neste artigo pretende-se desenvolver uma abordagem reflexiva, não só sobre a realidade educativa angolana e as políticas da tutela que, ao querer responder aos compromissos internacionais, assume que a sua resposta é insuficiente perante as necessidades educativas nacionais e locais, assim como, analisar estas necessidades e entender como é que a comunidade devidamente organizada tem vindo a estruturar uma resposta de melhor governança com um papel complementar ao da tutela conseguindo, desta forma, maiores e melhores resultados. Correia e Pimenta (2007) creem que a educação “(...) *não deve acontecer ao sabor das conjunturas ou por decisão unilateral de alguma das entidades influenciadoras do processo, mas antes de forma programada, alicerçada na realidade local, participada e mobilizadora (...)*” (p. 4), assim, é observando a própria comunidade, o seu poder de iniciativa e analisando as suas dinâmicas de acção que esta reflexão propõe determinadas inferências que contribuirão para um melhor entendimento da realidade educativa angolana e, possivelmente poderá inspirar uma nova postura nacional de governança na educação a favor do desenvolvimento sustentável da escolarização e da própria comunidade. Posto isto, este artigo pretende assim (1) perceber a genealogia da AEC e o crescimento/ampliação do processo de escolarização e de alfabetização que dinamiza, (2) compreender as acções político-sociais de boa governança que contribuem para uma alternativa educativa angolana (3) perceber em que medida é que a acção da AEC contribui para o desenvolvimento sustentável da escolarização de base em Angola.

No sentido de alcançar os objectivos propostos, o estudo em que se baseia este artigo, seguiu uma abordagem interpretativa/qualitativa com características etnográficas, pois pretendia-se estudar em profundidade um grupo de pessoas organizadas e a respectiva acção. Para tal, a investigadora dispensou de muito do seu tempo para emergir no contexto de forma directa, embora sem modificar ou controlar o ambiente. A recolha de dados baseou-se não só, na observação participante (Patton, 1990) e no respectivo registo em notas de campo, assim como na realização de seis entrevistas a actores que de alguma forma conheciam o trabalho da AEC, referindo-se às suas dinâmicas de acção, informação fundamental para perceber a pertinência desta resposta educativa local, devidamente contextualizada.

O Bairro Hoji-ya-Henda é um bairro periférico da cidade de Luanda e, tal como a sua capital, padece igualmente de um enorme crescimento demográfico. Este facto contribui para haja uma deterioração da qualidade de vida dos seus habitantes, não só no que se refere às dificuldades de mobilidade, devido ao excesso de trânsito, como a nível social, pois cada um tenta sobreviver, por vezes, em condições precárias. Assim sendo e, por consequência, o contexto do bairro é fértil em histórias de suborno tanto na vida social como nas escolas, caracterizadas pelo aproveitamento do bem comum em benefício próprio, evidentes em diferentes áreas sociais e que afectam, directa e indirectamente, os habitantes deste bairro. No entanto, trata-se de uma comunidade empreendedora que procura satisfazer as suas próprias necessidades e participa no seu desenvolvimento económico, encontrando no mercado informal o sustento das suas famílias, assim como o dinheiro para pagar as propinas da escola dos seus filhos. Segundo um relatório desenvolvido pela comuna do bairro Hoji-Ya-Henda (Comissão de Moradores, 2004), foram identificados no município do Cazenga, um dos dez municípios da província de Luanda, diversos problemas relacionados com a educação. Entre eles, estavam as grandes dificuldades educativas, consequência das fracas capacidades monetárias dos pais, a falta de professores qualificados, o número

insuficiente de escolas públicas, o elevado índice de abandono escolar e/ou a exclusão escolar por não terem registo de nascimento ou por serem portadoras de deficiência. Além destes, havia a considerar a corrupção, o assédio sexual e o absentismo dos professores. Estes foram os motivos que impulsionaram a propagação das *escolas explicação* (situadas em quintais da comunidade) a ganharem expressão nos meios rurais e periféricos, devido ao seu carácter de gestão comunitária e mais tarde transformadas em escolas comunitárias com maior qualidade educativa, parecendo assim, numa primeira instância, a solução mais eficaz para todos estes problemas.

A literatura internacional denomina este tipo de escolas de diversas formas - *Escolas Comunitárias* ou *Escolas de Base*⁵. São estas escolas que continuam a surgir em Luanda como uma alternativa educativa. São espaços cedidos e geridos pela comunidade, onde o valor e modalidades de pagamento de propinas são negociados com estes, onde são poucas as exigências para matricular os filhos, por exemplo, não é obrigatório a apresentação de cédula e o horário é flexível e negociado. Têm como função principal escolarizar as crianças que não conseguem integrar-se na escola oficial ou nos dispendiosos colégios privados, chegam a acolher alunos que desistem da escola pública e apoiam pedagogicamente os alunos repetentes e/ou com grandes dificuldades. Não obstante, qual será o papel destas escolas do ensino informal em comunidades mais vulneráveis? Zoran Roca (2000) reflectiu sobre as necessidades e os potenciais que existem no contexto angolano para a introdução do ensino básico informal das “crianças de rua” em Angola, e afirma que “(...) a política de implementação da educação para todos deveria ser redefinida de maneira a libertar o sistema formal da responsabilidade com a qual não pode arcar. Deveria ser dado apoio a alternativas complementares, tais como a educação informal ou não convencional, (...) tal educação deveria ser confiada às ONG (...)” (p. 128). Segundo este autor, é essencial uma maior atenção a situações de exclusão educacional em Angola, consequência da pobreza que não tem sido oficialmente reconhecida e desenvolver uma verdadeira educação para todos possibilitando a instrução básica. Por sua vez, Lopes (2007) reflecte sobre a participação da comunidade tanto na educação, como no desenvolvimento local e estuda as escolas comunitárias da Guiné-Bissau como um outro bom exemplo. Assim sendo, segundo a autora, a participação das populações locais em colaboração com outras organizações civis desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento local. “(...) Pode-se afirmar que o envolvimento da comunidade local permite minorar os impactos negativos da pobreza no país e simultaneamente participar no cumprimento das metas internacionais de uma política de Educação para Todos (...)” (p. 91). Na mesma linha de pensamento, Gasses (2009) analisa estratégias de luta contra o analfabetismo no Mali e sugere, precisamente, as escolas comunitárias como uma das estratégias mais viáveis, pois estas escolas, fruto de parcerias entre as ONG’s e outros parceiros, poderão ser reconhecidas de “*utilidade pública*” pelo próprio governo, como já aconteceu no Mali.

À procura de soluções concretas, em 2004, à semelhança do que aconteceu noutros países, a Aliança para a Promoção do Desenvolvimento da Comuna do Hoji-ya-henda (APDCH), uma plataforma de ONG’s angolanas, promoveu um programa de habilitação e formação de professores informais das escolas explicação, com o intuito de melhorar a qualidade de ensino destas unidades. Depois de realizada a referida formação de professores, optou-se

5 Marchand (2000) nos seus estudos refere que todas elas são escolas criadas por iniciativa das comunidades, a nível informal do bairro ou da aldeia.

por formar uma equipa responsável apenas pela área humanitária e educativa designada de Associação das Escolas Comunitárias (ACE) e que acabou por adoptar os estatutos de uma organização não-governamental de carácter científico, cultural e humanitário, apolítica e sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, de acordo com a Lei 14/91 – Lei das Associações de Angola. A AEC deu continuidade aos propósitos da instituição anterior e originou a resposta educativa comunitária, de uma maior qualidade educativa, que se pretende analisar neste estudo e que actualmente reúne 46 escolas a si associadas.

Quadro 001 – Número de escolas associadas à AEC e a respectiva localização

Localização	N.º de Escolas
Cazenga	27
Cacuaco	14
Viana	3
Sambizanga	2
Total = 46 Escolas	

As escolas comunitárias, caracterizadas pelo ensino não formal e informal, não serão, nesta fase de alargamento da resposta educativa pública, uma resposta alternativa/complementar ao ensino público ou privado? Dentro das suas limitações, estas escolas conseguem reunir as condições para acolher as crianças de famílias mais carenciadas, integrando-as social e economicamente, pelo que evitam o analfabetismo e o rumo à dura vida das ruas. Portanto, à falta de outras alternativas, não será esta uma opção viável? Enquanto os grandes projectos se vão delineando e se aguardam os subsídios para os financiar, enquanto a escola pública se organiza e reúne as condições necessárias para acolher e educar todos os alunos, as escolas comunitárias escolarizam as crianças que não podem esperar mais para aprender, tirando-as das ruas, do trabalho infantil, dos vícios e da marginalidade. Não serão estas escolas comunitárias, organizadas em rede pela AEC, um contributo para o desenvolvimento e sustentabilidade da escolarização em Angola?

3. Desenvolvimento sustentável da escolarização

A questão do desenvolvimento sustentável da escolarização alerta para uma real satisfação das necessidades básicas da sociedade, entre as quais está a importância de desenvolver projectos em parceria com a tutela, que consigam alargar a oferta educativa angolana para que todos tenham um real acesso à educação. Por esta via, estaremos a combater a pobreza, o analfabetismo, o trabalho infantil, ou seja, tudo ou quase tudo o que é insustentável em Angola, aumentando assim a qualidade de vida das comunidades, o seu bem-estar e felicidade, contribuindo para o desenvolvimento económico a médio e longo prazo, através de agentes de desenvolvimento tal como sugere a Declaração do Milénio.

Nesta reflexão, conceptualmente criaram-se três dimensões de análise: a internacional, a nacional e a local. Por um lado, e no que refere às duas primeiras, é através da análise de

alguns documentos, que se contextualiza o problema e o objecto de estudo propriamente dito, por outro lado, é na terceira dimensão de análise que emerge o nosso objecto de estudo cuja reflexão se foca particularmente.

Numa primeira dimensão, mais global, caracterizada pela *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)*⁶, opta-se pela análise de dois documentos internacionais - *Educação para Todos: o compromisso de Dakar (UNESCO, 2001)* e na *Declaração de Bona (UNESCO, 2009)*, e infere-se que existe uma preocupação global em se desenvolver uma real educação para todos, sublinhando a obrigação que os governos possuem, nesta altura, em assegurar os ODM e as metas de Educação Para Todos. Para tal, os governos devem recorrer a parcerias não só entre países, mas também entre instituições, nomeadamente as ONG, pois estas possuem um conhecimento estruturado do contexto. O documento - *Educação para Todos: o compromisso de Dakar*, também refere que a educação é um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável. No segundo documento - *Declaração de Bona*, infere-se que a educação para o desenvolvimento sustentável é uma educação de qualidade para todos, baseada em valores, princípios e práticas necessárias para responder, eficazmente, às actuais e futuras mudanças. A educação vista desta forma contribui para a criação de sociedades resilientes e fornece as competências necessárias para encontrar soluções, recorrendo a práticas e conhecimentos incorporados em culturas locais, ressaltando que o progresso da educação para o desenvolvimento sustentável exige diferentes abordagens em diferentes contextos. Numa outra dimensão de análise, a nível nacional, enquadrada na fase de desconcentração e descentralização que tem vindo acontecer a nível governamental, em Angola, analisam-se dois documentos - o *Plano Estratégico para a Desconcentração e Descentralização (2001)*⁷ e a *Nova Constituição Angolana (2010)* que se estruturaram com base nas influências internacionais e que caracterizam alguns dos compromissos que o governo angolano acabou por assumir e de onde se destacam algumas premissas. Assim sendo, infere-se com a leitura e análise dos mesmos que o processo de descentralização e desconcentração é visto como uma solução eficaz para reduzir a pobreza e atingir os ODM. Para tal, foram traçados planos e um caminho, com algumas linhas de força a ser implementado de forma gradual e à medida das capacidades do nível local, integrando as instituições do poder tradicional e da sociedade civil em estruturas locais e por fim, desenvolver legislação adequada. Com o intuito de legalizar esta situação, o governo angolano revê o Decreto-Lei 17/99 e publica

6 A *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)* fundamenta-se na visão de um mundo onde todos tenham a oportunidade de beneficiar da educação e de aprender os valores, comportamentos e modos de vida exigidos para um futuro sustentável e para uma transformação positiva da sociedade. O objectivo geral desta *Década* é integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem, com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos (UNESCO, 2005). Pretende também contribuir para um aumento da qualidade e abrangência da educação e está presente, não só nas reformas educativas, mas também no plano de acção de Dakar de Educação Para Todo (EDT), na *Década das Nações Unidas para a Alfabetização* e nos *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)*.

7 No sentido de auxiliar na construção de uma Angola democrática está a ser desenvolvido um projecto-piloto, levado a cabo pelo Governo e Organizações não Governamentais, de desconcentração designado por PDM - Programa de Desenvolvimento Municipal. O PDM apoia os processos de descentralização do Governo de Angola através da partilha das boas práticas de cinco anos de experiência do programa promovendo a boa governação local participativa. Têm desenvolvido várias inovações que juntam os cidadãos e o governo local, capacitam as comunidades locais para influenciar a tomada de decisões e poder contribuir para reduzir a pobreza e a injustiça social. O PDM está a desenvolver-se em 5 municípios, nomeadamente, Cabinda, Andulo, Cuito Cuanavale, Chitato e Chicala Cholohan-ga no Huambo. Este PDM é implementado por três ONG, a Care, Development Workshop e Save the Children. Este programa de desenvolvimento local vê as suas actividades publicadas por um sítio na internet <http://www.mdp-angola.org/> ou no seu Boletim Vozes do Campo.

em Janeiro de 2007 o Decreto-Lei 02/07 sobre o *Quadro das atribuições, competências e o regime jurídico de organização e funcionamento dos governos provinciais, das autarquias municipais e comunais*, que tem vindo a aprofundar o processo de desconcentração. Mas este processo só acontece quando, tal como refere Ceita, (2005) existem as condições necessárias nomeadamente a “(...) i) existência de liberdade política; ii) papéis institucionais claros; iii) possibilidades de parcerias para implementar programas e em alguns casos, iv) treinamento e recursos financeiros (...)” (p. 5). Assim sendo, esta Lei, comparada com a anterior, apresenta algumas características inovadoras: define melhor as atribuições e competências de cada um dos níveis de governação local e considera, pela primeira vez, as administrações municipais como unidades orçamentais e institucionaliza os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS) como órgão de apoio consultivo dos Governos Provinciais e Administrações Municipais e Comunais (decreto de Lei 02/07). Estas características influenciam potencialmente a redução da pobreza através da descentralização e a autonomia local. No entanto, a pretendida desconcentração ainda não foi alcançada de facto, devido à dificuldade que existe em transferir ou formar recursos humanos com capacidade de gestão local, e em disponibilizar verbas para desenvolver o processo. Sendo assim, o governo angolano assumiu o compromisso de reunir as condições para se concretizar esta medida, para tal recorreu ao trabalho cooperativo com diversos parceiros⁸. Face a esta incapacidade de despoletar uma desconcentração, parece-nos, pelo menos em teoria, que a descentralização será a melhor forma de fornecer serviços públicos de qualidade, mais flexíveis, mais personalizados e de prevenção superior.

Com os compromissos que o governo acaba por assumir e, certamente influenciado por uma agenda global, dando primazia à enorme necessidade de se desenvolver uma educação para todos e devidamente sustentável, numa perspectiva de desconcentração e descentralização do governo, contribui para que surjam, ao nível de uma dimensão local, respostas educativas como a das escolas comunitárias, devidamente organizada em rede através da AEC e que poderá inspirar a estruturação de novas políticas educativas nacionais no sentido de desenvolver uma completa e eficaz resposta educativa pública.

3.1. A AEC é uma estratégia educativa complementar à insustentabilidade da educação pública

Num meio socialmente agreste caracterizado pelo excesso de população, de trânsito e de histórias de corrupção, como é o caso do bairro do Hoji-Ya-Henda, a educação pública é insustentável. As infra-estruturas educativas públicas são poucas e as que existem são demasiado débeis, para não falar na ausência dos livros, que apesar de serem gratuitos para o ensino de base, acabam por não chegar às escolas, pois são encaminhados para o mercado informal. Existem poucos professores e os que existem têm pouca e/ou desadequada formação, não são assíduos às aulas e, por vezes, dedicam-se a práticas pouco condizentes com a função da escola. O sistema de educação de base é caracterizado pela falta de organização, com turmas numerosas (cerca de sessenta alunos) o que não contribui para uma

8 Entre outros o PNUD que pretendia apoiar a programação do desenvolvimento económico equitativo e governação democrática de acordo com as normas internacionalmente aceites, através do reforço das capacidades nacionais, a todos os níveis, dotando as comunidades e os cidadãos dos poderes para aumentar a sua participação nos processos de tomada de decisão e que terminou a 31 de Julho de 2010, teve como parceiros o Ministério da Administração do Território, Ministério das Finanças, Ministério do Planeamento, Embaixada da Noruega, Governo de Espanha e DFID. Para mais informações consultar www.ao.undp.org.

educação de qualidade. As causas de abandono em grande escala continuam a ser: a falta de motivação e de hábitos de frequência da escola, quer por parte dos alunos quer dos professores, questões de género, religião, questões de VIH-Sida e a falta de dinheiro para conseguir corresponder às exigências da corrupção silenciosa que caracteriza o meio. Um dos factores que contribui, em larga escala, para a exclusão escolar é a ausência da cédula pessoal para as respectivas matrículas. Nestes bairros desenvolve-se uma educação sem qualidade, existem grandes dificuldades em alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) relativo à educação e emergem diversos obstáculos em concretizar o processo de desconcentração e descentralização, não só devido às dificuldades de formação de recursos humanos locais e condições monetárias, como devido à não interiorização por parte da comunidade desta recente medida política.

Neste contexto, socialmente agreste e com uma oferta educativa pública deficiente e insuficiente, em 2004 emerge uma resposta alternativa e complementar ao sistema público, desenvolvida pela comunidade numa postura participativa, sob a responsabilidade da AEC, uma organização não lucrativa caracterizada pela solidariedade e voluntariado. As escolas associadas à AEC (que antes eram escolas explicação ou não) encontram-se organizadas em rede, sujeitas ao mesmo regulamento interno, estatutos, programas, formação pedagógica, material escolar e apoio científico e moral. Desta forma, tal como refere Luck (2003) a

“(...) formação de redes de parceria solidária (...) [onde] as escolas envolvidas (...) se apoiam reciprocamente no seu trabalho, mediante o intercâmbio de experiências e conhecimentos, de modo a melhorar e (...) efectivamente realizarem os seus objectivos educacionais. (...) [é] uma nova perspectiva de actuação que se torna fundamental para responder às constantes necessidades de adequação à evolução e complexidade do actual ambiente socioeconómico-cultural (...)” (p.127).

Todas estas características apresentam vantagens para as escolas que decidiram associar-se e contribuem para uma maior qualidade da resposta educativa comunitária. Não obstante, os grandes obstáculos que a AEC enfrenta, ao desenvolver a sua resposta educativa, são: a falta de condições físicas das escolas e a ausência de livros e manuais escolares; a falta de formação e de dinheiro para os subsídios dos professores; a manutenção dos professores na rede de escolas associadas; a fraca participação de alguns elementos que representam algumas das escolas associadas; a falta de pagamento das propinas, por parte dos encarregados de educação, pois estes fazem parte de uma comunidade realmente carente; a dificuldade em encontrar espaços para se constituírem salas de aula, mais perto da comunidade, que não têm qualquer oferta educativa acessível e, por último, a falta de um Centro de Recursos onde os professores possam ter formação, reunir e preparar as suas aulas podendo consultar uma pequena biblioteca. As intenções da AEC, apesar dos obstáculos que enfrenta diariamente, centram-se, essencialmente, em: oferecer uma segunda oportunidade de acesso ao ensino de crianças que, por diversas razões, nunca estudaram ou nunca conseguiram frequentar uma escola; continuar a educar a sua população e contribuir para o respectivo aumento da escolaridade; melhorar a organização da associação; continuar a apostar na formação dos seus professores, não só para constituir o seu corpo docente, assim como, para fornecer professores ao sistema de educação público; continuar a integrar crianças nas suas escolas, nem que para tal, a AEC tenha de providenciar as cédulas dos seus alunos; divulgar o seu trabalho, não só para que a comunidade o conheça e procure os seus serviços, assim como, para que

o próprio governo se familiarize com esta alternativa e se inspire em algumas estratégias ou resultados obtidos pela AEC, de modo a formular novas políticas públicas educativas; por último, a AEC pretende manter a parceria que possui com o Ministério da Educação (ME) e cumprir as suas orientações, no sentido, de melhorar a qualidade da sua resposta educativa. O crescimento e ampliação desta resposta educativa que a AEC oferece às comunidades mais vulneráveis assenta na organização das suas escolas em rede, o que evidencia uma realidade própria baseada numa comunidade pessoal (*Wellman apud Portugal, 2007*) uma forma específica de relação social, um conjunto de laços de companheirismo e entajuda – laços de comunidade que vão mais além das unidades geográficas de vizinhança, tornando o trabalho da associação mais seguro e organizado, com elementos mais autónomos no desempenho das suas funções e a trabalhar para um mesmo objectivo. Além disso, o crescimento e ampliação desta resposta educativa comunitária também se deve às estratégias adoptadas pela organização, sendo elas: um igual enquadramento para todas as escolas (regras, estatutos, direitos e deveres); o recrutamento dos professores realizado por uma comissão de avaliação organizada para o efeito e constituída por directores de escola e professores com mais experiência; a aposta na motivação dos professores oferecendo um subsídio, este valor depende não só do volume de trabalho, mas também do valor que cada escola associada consegue angariar das propinas; o enquadramento de todas as crianças, independentemente, de terem ou não a cédula pessoal. Quando a criança não tem cédula, a AEC em conjunto com o Ministério da Justiça, conseguem os documentos para elaborar a matrícula e constituir o processo escolar individual para que o aluno seja, posteriormente, encaminhado para o sistema público depois da sexta classe; a divulgação dos seus serviços para que a comunidade conheça a resposta educativa alternativa de qualidade a que podem ter acesso, conseguindo assim mais alunos, professores, apoios e mais escolas. A AEC assume um sistema financeiro de auto-sustento designado de *kixikila*⁹ e que permite a gestão do dinheiro de uma forma equitativa pelas escolas associadas e não depende de financiamentos externos, que não são certos; oferece uma resposta educativa controlada pelo ME, o que garante a qualidade da mesma, por exemplo, os professores não podem faltar e as escolas associadas têm que seguir o currículo nacional; tem uma postura de proximidade com as famílias e a preocupação em mostrar ao encarregado de educação as vantagens que as crianças obtêm no seu dia-a-dia ao frequentar a escola; desenvolve práticas de voluntariado e solidariedade que contribuem para a contextualização, sustentabilidade e ampliação da sua resposta educativa.

Este trabalho procura mostrar que a AEC desenvolve diversas estratégias que contribuem para a formação de professores e a sua rentabilização. Os professores recém-enquadrados na AEC são sujeitos a um período de formação (uma espécie de estágio). Ao longo da sua actividade lectiva, vão frequentando seminários e encontros de *refrescamento*, onde se desenvolve a partilha de experiências e formação contínua com o intuito de rentabilizar os conhecimentos adquiridos. Além disso, a AEC desenvolve vários cursos de formação e oferece bolsas aos professores para os frequentar. A formação acontece devido às parcerias que a AEC estabelece com o ME e outras empresas do ramo educacional. Por consequência, os próprios parceiros da AEC, na sua acção, acabam por constituir uma rede de parceiros que auxiliam a AEC nesta missão educativa, ainda que indirectamente.

9 Em quimbundo, uma língua nacional angolana (falada no noroeste do país, incluindo a província de Luanda), *Kixikila* é um termo usado para descrever os muitos esquemas informais, existente principalmente em países em desenvolvimento, que visam o apoio mútuo e financiamento com o intuito de colmatar as lacunas existentes na mobilização de recursos financeiros internos, com vista à prossecução de actividades económicas.

3.2. A AEC representa uma resposta educativa caracterizada por acções político-sociais de boa governança

Perante os diversos discursos sobre a globalização económica e as ameaças globais que persistem, independentemente dos objectivos pretendidos e das políticas defendidas, testemunham-se respostas sociais que emergem da prática cidadã individual ou em grupo. São respostas comunitárias e reactivas ao fenómeno da globalização. São respostas desencadeadas por movimentos sociais, que assentam na mobilização do local pelo local e, como consequência, pelo global, acompanhadas por uma série de oportunidades e novos papéis para as instâncias locais, no sentido de também elas, participarem no seu processo de desenvolvimento, pois simultaneamente acabam por participar no desenvolvimento do seu próprio país. Por exemplo, o acto que a AEC desenvolve de integrar todas as crianças nas suas escolas, mesmo as que não têm cédula pessoal, acabou por influenciar directa ou indirectamente a constituição das novas políticas educativas nacionais, isto porque não era prática comum a escola pública receber estas crianças. Por sua vez, este acto contribui para que o governo angolano tenha um número maior de alunos com acesso à educação, que por sua vez, este acto contribui para o cumprimento de compromisso a nível internacional – o de realizar a verdadeira Educação para Todos.

São respostas práticas legitimadas no que Santos (2001) denomina de globalização contra-hegemónica, representada pelos movimentos sociais, ONG's progressistas, idênticas às que se vêm articulando no Fórum Social Mundial e que consideram a globalização neoliberal como implacável, apontando um caminho alternativo, de carácter anticapitalista. Nesta linha de pensamento, acredita-se que "(...) a passividade, quer seja imposta por autoridades poderosas ou escolhida por hábitos enraizados, está em declínio" (OCDE, 2001, p. 14). É necessário que a sociedade identifique sinergias e actue, eficazmente, num sentido mais alargado e menos hierarquizado, que não fique simplesmente a assistir da sua "bancada popular" à degradação social dos países em desenvolvimento, nomeadamente Angola. *"As alterações neste sentido parecem ter boas hipóteses de prevalecerem durante mais tempo, desde que haja um alargamento e um aprofundamento contínuos da democracia (...) e do Estado de direito."* (idem), desde que cada um se sinta responsabilizado pelo seu futuro e desde que cada um participe no processo de governança do seu país. *"Se considerarmos governança (...) um exercício generalizado da autoridade (...)"* (OCDE, 2001, p. 11), ultimamente tem-se assistido a um aumento do dinamismo social, onde novas identidades com menor passividade e maior responsabilidade, em parceria ou em complementaridade com o estado, acabam por influenciar os modos de governar. A Comissão para a Governança Global¹⁰ define a governança como sendo a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram os seus problemas comuns, é um processo contínuo que possibilita reunir interesses conflituosos e/ou diferentes e desenvolver acções de cooperação. Assiste-se, portanto, à substituição do acto de governar pela governança e, por vezes, as novas agências da sociedade disputam entre si o controle de um estado diferente, procuram um papel de destaque na governança, onde, por sua vez, o estado se limita ao papel regulador sem direccionar as políticas e os gover-

10 A Comissão para a Governança Global é um grupo independente formado por 28 líderes e intelectuais de diversas nacionalidades. A sua missão tem sido sugerir caminhos e alternativas para a construção de uma comunidade global. O trabalho de dois anos e meio desta comissão resultou num livro intitulado *Our Global Neighborhood* (Oxford University, 1995) publicado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, sob o título de *Nossa Comunidade Global* e que advoga que não há alternativa senão trabalhar em conjunto e usar o poder colectivo para criar um mundo melhor.

nados. Para Rosenau (2000), governança é muito mais que governo, engloba não só as instituições governamentais, mas também mecanismos informais, não-governamentais e que contribuem para que os governados actuem localmente e consigam satisfazer as suas necessidades. Numa realidade em que o estado procura restabelecer-se de quase trinta anos de conflito, como é o caso de Angola, e que ainda não consegue actuar a cem por cento em todas as áreas, esta postura fundamentalmente reguladora acaba por fazer sentido e possibilitar uma maior recolha de mais e melhores resultados, isto porque "(...) a noção de responsabilidade está no centro da governância [ou governança]" (OCDE, 2001, p. 196) e acaba por motivar os cidadãos à acção no sentido de cumprirem o seu dever em relação a causas para as quais estes se sentem motivados a agir.

Este estudo conclui que a resposta educativa sustentável da AEC é caracterizada por uma boa governança. A UNESCO, no seu Relatório de Monitoramento Global (2009), afirma que não há um modelo único para desenvolver a boa governança, pois cada país deve desenvolver estratégias nacionais e locais de acordo com os seus contextos. Segundo os autores Calame e Talmat (2001) e Sheng (s.d.), independentemente dos contextos, existem oito características principais a evidenciar nesses modelos: (1) *A participação* que significa que homens e mulheres devem participar igualmente nas actividades do governo, através de instituições ou representantes legítimos; (2) *A responsabilidade* que se relaciona com as instituições que foram desenhadas para servir os membros da sociedade como um todo e não apenas as pessoas privilegiadas; (3) *As decisões orientadas para um consenso*, decisões tomadas com a consciência de que os diferentes grupos da sociedade necessitam de mediar diferentes interesses; (4) *A efectividade e eficiência*, ou seja, a boa governança deve assegurar que os processos e as instituições produzam resultados que vão ao encontro das necessidades da sociedade ao mesmo tempo que, de forma eficiente, façam o melhor uso possível dos recursos que já existem e que estão à sua disposição; (5) *A equidade e inclusão* – a boa governança deve garantir que todos os grupos alcancem os objectivos da sociedade, essencialmente os mais vulneráveis; (6) *O estado de direito* – a boa governança requer uma estrutura legal justa que se aplique a todos os cidadãos do estado, independentemente da sua riqueza financeira, poder político, classe social, profissão, raça e sexo e os direitos humanos, em particular os das minorias; (7) *A prestação de contas (accountability)* é a chave da boa governança, tanto a instituições governamentais, as privadas e as organizações da sociedade civil deveriam ser fiscalizáveis pelos cidadãos e os seus parceiros institucionais; (8) *A transparência* - significa que as decisões tomadas pela instituição, assim como a fiscalização são realizadas de acordo com as regras e os regulamentos, além disso, a informação é divulgada de forma gratuita.

Assim sendo, AEC actua de acordo com grande parte das características, pois preocupa-se em promover a participação da comunidade em que está inserida. A comunidade participa na tomada de decisões, uma vez que os pais são chamados à escola, além disso a associação preocupa-se em reunir de três em três meses com a comunidade para a ouvir e juntos resolverem problemas, é a própria comunidade que auxilia a AEC a mobilizar os jovens e crianças a frequentar a escola. A direcção da AEC tem consciência da responsabilidade que acarreta em querer educar a comunidade em que está inserida e pretende ser realmente eficaz, responsabilizando-se pelos que são afectados pelas suas decisões. Esta questão é sublinhada quando alguns professores referem que aceitam ser directores adjuntos de directores de escola que não têm qualquer formação em educação (simplesmente são os donos de escola ou familiares) para, desta forma, evitar que aquela escola não fique sem um director com co-

nhecimentos em educação ou para que não se coloque em causa a constituição de uma escola naquela zona, por falta de um director com conhecimentos educativos. A associação e/ou algumas escolas associadas também desenvolvem actividades ao fim-de-semana, não só para formar os jovens, mas também para mantê-los ocupados, actividades muito bem vistas pelos encarregados de educação ao ter os seus filhos à responsabilidade da escola da comunidade. A responsabilidade desta instituição evidencia-se também pelas estratégias de proximidade que esta desenvolve com as famílias, entre outras, os encontros em comunidade, as visitas ao domicílio, assim como, a negociação do valor da propina que a AEC desenvolve com a comunidade e que a escola estabelecerá, sempre de acordo com as posses das famílias. Mas a associação não se responsabiliza apenas pelos alunos e a comunidade, mas também pelos seus professores, uma vez que, com o intuito de os motivar para o trabalho educativo comunitário, oferece-lhes um subsídio de acordo com as possibilidades monetárias de cada escola. A AEC defende que é necessário haver um caminho e uma visão para a comunidade, em que todos se revejam e que, desta forma, contribuam para o desenvolvimento humano sustentável. As acções da associação são tomadas com base numa orientação por consenso, por exemplo, no caso de haver situações de fome nas escolas comunitárias serão imediatamente accionadas diversas estratégias para resolver a situação; os professores estão sensibilizados para tal. Um outro exemplo refere-se às escolas associadas, que sabem e concordam, que não poderão colocar entraves ao enquadramento das crianças, mesmo que estas não tenham a cédula pessoal, pois é consensual na AEC que é necessário educar, independentemente, de existirem ou não os documentos, as condições ideias ou de, efectivamente, serem realizados os pagamentos das propinas. Em suma, os professores sabem e são formados pela associação para estar atentos a estas situações sociais mais problemáticas. Os professores comunitários acabam por funcionar, neste âmbito, como fiscalizadores sociais comunitários e agentes de desenvolvimento.

No sentido de desenvolver uma real resposta educativa comunitária, caracterizada pela efectividade e eficiência, na ausência de professores formados, a melhor forma de responder que a AEC encontra é contratar professores não formados e, simultaneamente, apostar na sua formação quando enquadrados pela associação. Assim, a eficiência da resposta da AEC passa por desenvolver uma resposta educativa eficaz para todos, pois todos têm o direito de aprender. A associação não coloca entraves ao enquadramento dos alunos (cédula pessoal ou propinas). Assim sendo, com o objectivo de recrutar mais alunos e professores, a associação recorre ao recurso de mais fácil acesso que é o *passa-palavra*, isto porque uma associação que se pretende eficaz - aquela que realmente produz recorrendo ao mínimo de recursos, e eficiente - que produz com qualidade e de forma permanente - não pode esperar pelas condições ideais para educar uma nova geração, uma vez que, esta não pode esperar. A AEC desenvolve uma resposta educativa que se caracteriza pela equidade e inclusão. Assim sendo, a governança local deve conduzir a um caminho que promova o desenvolvimento económico de todos os grupos sociais, essencialmente, os mais carenciados. Assim sendo, como os salários de alguns encarregados de educação nem sempre são suficientes para pagar as propinas dos seus filhos, a AEC desenvolve diferentes formas de o conseguirem, sempre de acordo, com as condições de vida das respectivas famílias. Isto porque a educação é, considerada pela AEC, como a chave do futuro.

Com o intuito de desenvolver uma resposta educativa sustentável, a AEC presta contas e tem consciência de que todas as instituições devem ser fiscalizáveis, não só pelos parceiros, mas também por aqueles que são afectados pelas suas decisões. Assim sendo, o seu

trabalho é acompanhado pelo ME, com o objectivo de confirmar se a associação segue o currículo nacional, desenvolve reuniões e visitas frequentes às escolas associadas o que contribui para uma maior qualidade na resposta educativa que oferece à sua comunidade. Evidencia-se que uma resposta educativa sustentável passa também por ser transparente, por se preocupar em informar a comunidade educativa, pois a boa comunicação interna e externa resulta num clima de confiança. A publicação dos alvarás das escolas, por parte do ME, será uma medida bem-vinda pela AEC, pois ajudará a esclarecer determinados constrangimentos, nomeadamente, fechar escolas que se dizem escolas comunitárias associadas à AEC, mas que não se identificam com os valores e filosofia da sua acção. Também será bem-vinda a publicação de um valor máximo a estabelecer para as propinas, com o intuito da AEC rever os preços praticados nas diferentes zonas em que se encontram as escolas associadas e torne a sua actividade mais justa e transparente. Isto porque, parece que existem algumas dúvidas sobre a transparência contabilística destas escolas, pois não há hábitos de avaliação e de divulgação dos resultados, não só perante os pais como por parte das escolas associadas à direcção da AEC.

Numa perspectiva de um *novo localismo* (Gómez, 2007), este tipo de empreendimentos solidários é bem visto pelas instituições internacionais e, muitas vezes, recomendado. A AEC constitui uma resposta válida para um desenvolvimento comunitário real e sustentável, devido ao contacto e ao conhecimento que possui do contexto local, assim como o papel fulcral que esta apresenta no ensino dos adultos. A associação desenvolve um projecto que supera algumas das críticas mais realizadas a projectos de desenvolvimento local, isto porque o projecto emerge da própria comunidade onde está inserido, é fruto das relações de vizinhança de carácter local e não é importado; a sua resposta é complementar e responde às verdadeiras necessidades sentidas localmente; a AEC não corre o risco de vir a realizar actividades repetidas, pois esta rentabiliza o que já existe, nomeadamente, as escolas de explicação transformando-as em comunitárias; a sua actividade educativa é controlada pelo ME, desde a sua concepção à manutenção, e possibilita a participação da comunidade. A coordenação da AEC têm consciência de que é necessário aprender com os erros e rentabilizar os recursos apostando num trabalho de parceria, em rede, em prol de uma maior qualidade educativa. É de valorizar o papel fundamental do Estado na actuação da AEC, principalmente neste contexto (angolano) onde as organizações civis, ainda com pouca experiência, necessitam de um parceiro que regule as suas actividades e credibilize o seu trabalho. Este trabalho, com base nas respostas que obteve das entrevistas, evidencia que a relação que existe entre a AEC e o ME contribui para o desenvolvimento de uma alternativa educativa e inovadora de escolarização em Angola. É uma relação de parceria que permite desenvolver um trabalho em colaboração no sentido de diminuir o índice de analfabetismo, desenvolver uma resposta educativa de maior qualidade e devidamente reconhecida, recolher dados concretos e credíveis que contribuam para o estudo estatístico nacional e, simultaneamente, permitir que exista uma maior formação dos professores da AEC que, por vezes, são cedidos ao estado com o intuito de suprir as necessidades nacionais. Esta parceria também apresenta vantagens para o ME, uma vez que o número de escolas a funcionar com a sua supervisão é maior, o que contribui para a diminuição do número de alunos que se encontra fora do sistema de ensino. Além disso, através da AEC, o ME acaba por ter um maior conhecimento da comunidade, o que anteriormente não tinha. Com esta postura cooperante e um trabalho em parceria, a AEC e o ME envolvem-se num trabalho constante contribuindo para a construção de uma alternativa educativa sustentável angolana.

3.3. A AEC é um contributo para a sustentabilidade da escolarização de base em Angola

A AEC contribui para a sustentabilidade da escolarização de base porque se apresenta como um exemplo de inovação educacional contextualizado baseado nas escolas comunitárias e na sua organização em rede. Assim sendo, as escolas comunitárias em Angola surgem da dinâmica social activa ligada inicialmente ao sistema informal, mas que, após um longo e árduo trabalho educacional popular de base, acabam por estabelecer parceria com a tutela, que por sua vez, mantém uma função reguladora. As escolas comunitárias, para além de permitirem o desenvolvimento de uma educação mais participativa, ao instigarem um processo de conscientização comunitária, contribuem para a superação da falta de escolas nas comunidades mais carenciadas, enquanto o estado não reúne as condições necessárias para que todos tenham acesso ao primeiro e segundo níveis de escolarização, assim como à alfabetização. Segundo diversos autores (Abrantes, Minayo, Ribeiro e Sposito, Montenegro, Ferreira de Souza, Bandeira, entre outros) as escolas comunitárias surgem devido à crise da escola pública. Uma crise que se manifesta em três instâncias, tal como tem vindo acontecer em Angola, a insuficiência de escolas públicas, a ineficiência do ensino desenvolvido e a fraca distribuição espacial da rede pública de ensino. Perante tal realidade, a sociedade civil activa, atenta e organizada inova e procura estabelecer parcerias com o estado. A tutela, por sua vez, responde com medidas políticas de desconcentração e de descentralização, o que contribui para que se reúnam as condições favoráveis para que as ONG's e as OC's assumam cada vez mais as actividades e responsabilidades em lidar com os problemas inerentes a populações mais carenciadas no sentido de serem parceiros na resolução de problemas, nomeadamente, o da educação.

São as relações com o terceiro sector que “(...) *parecem poder constituir-se como alternativas credíveis para uma reinvenção solidária do Estado (...)*” (Fischman, 2002, p. 90) e que parecem contribuir para que sejam repostos os valores de justiça, equidade, cidadania, igualdade, cooperação, solidariedade e participação do domínio público, valores que legitimam os princípios da comunidade e que fundamentam as políticas educativas actuais em função de um bem comum local. No sentido de buscar outras lógicas de governança em Angola, este estudo esteve atento a diferentes experiências políticas educativas caracterizadas pela participação das comunidades, “(...) *alguns podem argumentar que tais políticas são pontuais e de acção restrita, não podendo ser tomadas como “modelos” para acção do Estado. Entretanto, talvez exactamente aí reside o mérito das propostas alternativas: a não existência de modelos*” (Moraes, 2009, p. 163) contribuindo para a inovação educativa, baseadas não em modelos pré-estabelecidos ou resultantes de uma contaminação política educativa exterior, mas fundamentada nos discursos e na acção participativa das comunidades.

Ora, uma forma “(...) *paradigmática de assegurar esta articulação e a mediação dos interesses desta multiplicidade de actores implicados nas questões públicas, cada vez mais destacada na literatura da especialidade e no discurso político, é a organização em rede (...)*” (Lima, 2007, p. 166). O estabelecimento de redes de parcerias entre os actores colectivos e o estado, segundo Afonso (2003), são alternativas das mais inovadoras e interessantes que se têm vindo a verificar nas actuais políticas educativas. Consciente da importância do estabelecimento de redes e à luz da doutrina da Nova Gestão Pública, segundo Lima (2007), o estado tem alterado o seu modo de actuação, atenuando o seu poder centralizador

e promovendo a ideia de estado regulador, supervisor, mediador e avaliador, invocando as políticas colaborativas de rede. Considera-se assim, fundamental que políticas educativas alternativas e inovadoras, baseadas nas organizações em rede, se desenvolvam no sentido de completar o trabalho do governo para adequar as suas políticas às verdadeiras necessidades locais, uma vez que

“(...) é inegável que elas [as redes] podem constituir instâncias de capacitação local; podem funcionar como mecanismos de concertação de uma acção colectiva emergente e abrir espaços de promoção e de aprofundamento de uma participação genuinamente democrática dos cidadãos nos assuntos educativos. Potencialmente, a governação em rede pode estimular níveis de participação e de envolvimento dos cidadãos nas questões públicas que eram, até há bem pouco tempo, inimagináveis nos sistemas de governação mais tradicionais (...)” (Lima 2006, p. 16)

como no caso de Angola. Assim sendo, este estudo mostra que a organização em rede desenvolvida por esta associação, quer internamente - entre as escolas associadas - assim como externamente - entre as instituições parceiras, entre elas o Estado - contribui para que a resposta educativa comunitária desenvolvida pela associação seja particularmente contextualizada e acessível a todos. A resposta educativa da associação é um contributo para a sustentabilidade da escolarização, também porque desenvolve uma verdadeira educação para todos, uma vez que: integra todas as crianças no ensino sem quaisquer exigências, quer crianças não escolarizadas quer crianças que frequentam a escola pública, mas que apresentam dificuldades de aprendizagem; a associação oferece um serviço educativo de maior qualidade e, devidamente estruturado, em parceria e desenvolve a educação para adultos em zonas mais problemáticas. A AEC desenvolve uma escolarização de base sustentável, pois a sua resposta caracteriza-se pela solidariedade e pela proximidade com a comunidade, apesar de não receber o pagamento das propinas, por exemplo, este facto não impede a criança de frequentar a escola, além disso a AEC trata das cédulas individuais dos seus alunos quando necessário e rege-se por um sistema monetário designado *kixikila* que permite distribuir de forma equitativa o dinheiro da associação pela sua rede de escolas associadas. Além disso a AEC promove estilos de vida intencionais, pois satisfaz as necessidades de hoje em equilíbrio com as futuras gerações: dá o exemplo e pretende educar todos os cidadãos, desenvolvendo comportamentos solidários, quer nos professores quer nos alunos, desenvolve campanhas de consciencialização de crianças no que se refere aos seus direitos e deveres, em que estas, por sua vez, serão responsáveis por consciencializar outras crianças. A AEC vê a escolarização como um factor muito importante no combate à pobreza, pois é com a escolarização ou alfabetização dos cidadãos que obterão as bases para um melhor desempenho profissional e melhores condições de vida.

5. Considerações Finais

Este estudo conclui que a AEC se apresenta como uma oportunidade de mudança para o ensino de base: os agentes educativos acreditam naquilo que fazem, têm consciência de que a associação não é a detentora da educação, apenas um parceiro fundamental

para que esta chegue realmente a todos. É com base nesta ideia que a AEC possui a preocupação em divulgar o seu trabalho, com base em acções de boa governança, para que o governo o conheça melhor e que as suas estratégias contribuam para a criação de novas políticas educativas públicas. As oportunidades de mudança estão também nesta fase de descentralização e desconcentração que o governo desenvolve, não só no que refere à tomada de decisões, como na intenção de canalizar fundos monetários. A própria Repartição Municipal da Educação admite que o ME poderia oferecer uma ajuda monetária ao processo de parceria entre a AEC e o ME na área da educação. As oportunidades de mudança da resposta educativa pública não se baseiam em importar modelos educativos que acabam por não ser implementados, mas encontram-se no terreno, na criatividade da população em responder às suas necessidades com base numa economia solidária, num trabalho sustentável em parceria ou na colaboração directa com o ME, devidamente organizado em rede. A mudança no ensino encontra-se, essencialmente, em fazer alterações no ensino de base e atingir os ODM no que se refere à educação primária. No entanto, não basta ter verbas para o realizar, é necessária organização no sistema, a preocupação em rentabilizar os recursos, apostar em estratégias educativas alternativas e complementares para obter mais e melhores resultados e que a AEC tão bem conhece. As oportunidades de mudança encontram-se na intervenção da AEC e na sua resposta educativa cuidada, baseada na equidade, na participação, no trabalho de colaboração que desenvolve com o ME, permitindo-lhe realizar um trabalho controlado, avaliado e contextualizado.

A grande oportunidade de mudança assenta, essencialmente, no acreditar em projectos nacionais e não ficar à espera dos grandes projectos e financiamentos que acabam por não se concretizar. A mudança está no acreditar e desenvolver um trabalho colaborativo com o intuito de estruturar novas políticas educativas públicas, devidamente contextualizadas e sustentadas nos recursos a que Angola tem realmente acesso nas suas comunidades.

Referências bibliográficas

- Afonso, A. (2003), Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira*, 22, pp. 35 a 46.
- André, C. (2009), Segundo a Transparency International África continua a navegar na corrupção. *Jornal Angolense*, p. 11.
- Calame, P. & Talmant, A. (2001), *Questão do estado no coração do futuro: o mecano da governança*. Brasil: Editora Vozes.
- Ceita, C. (2005), *Sociedade Civil versus Luta contra a Pobreza e Promoção Social. Uma comunicação elaborada por um especialista de programas pobreza & segurança humana da PNUD*. Recuperado em Abril, 07, 2010, de <http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/sociverpo.pdf>.
- Comissão de Moradores, Grupos de jovens e adolescentes com o apoio do MINARS, INAC & Save the Children UK (2004), *Análise da protecção dos direitos da criança na Comunidade do Hoji-ya-henda*. Município do Cazenga.
- Correia, M. & Pimenta, C. (2007), *Ordenamento estratégico da educação*. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), pp. 1 a 26. Recuperado em Janeiro, a 23 de 2010 em http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/WP_2007_02.pdf.

- Ferreira, J. (2009), A ajuda da CE desde operações de emergência ao reforço de capacidades. *Revista das Relações e Cooperação entre África, Caraíbas, Pacífico e a União Europeia – O CORREIO*. Recuperado em Novembro, 26 de 2009 em <http://www.acp-eucorier.info/A-ajuda-da-CE-vai-desde-o.667.o.html?&L=3>.
- Fischman, G. (2002), *Intelectuais, burros ou superprofessores? Os educadores populares em tempos de ajuste estrutural*. Currículo sem Fronteiras, 2 (2), pp. 79 a 106. Recuperado em Março, 3 de 2010 em www.curriculosemfronteiras.org.
- Gasses, S. (2009), Inclusão versus exclusão escolar: as estratégias de luta contra o analfabetismo no Mali. *Revista Teias*, 10, n.º 19, pp. 1 a 17.
- Gómez, J., Freitas, O. & Callejas, G. (2007), *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local: Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto, Editora Profedições, Lda.
- Lima, J. (2006), A Governação em Rede na Educação: Potencialidades e Riscos. *Revista do Fórum Português da Administração Educacional*, n.º 6, pp. 6 a 18. Portugal: Lisboa.
- Lima, J. (2007), Redes na educação: questões políticas e conceptuais. *Revista Portuguesa de Educação*, 20 (2), pp. 151 a 181. Braga: CIED – Universidade do Minho.
- Lopes, C. (2007), *Participação das populações locais no desenvolvimento da educação – Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá*. Guiné-Bissau 2004-2006. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- Luck, H. (2003, Maio/Dez), Como formar redes de escolas solidárias. *Revista FAE*, 6, 2, pp. 125 a 136.
- Marchand, J. (2000), *Les écoles communautaires – Mali, Senegal, Togo*. Paris: Institut International de Planification de l'éducation. UNESCO.
- Moraes, S. (2009, Maio/Ago), (Re)Discutindo a acção do estado na formulação e implementação das políticas educacionais. *Revista Educação*, 32, 2, pp. 159 a 164.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] (2001). *A Governância no século XXI*. Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia (GEPE).
- Patton, M.Q. (1990), *Qualitative evaluation and research methods*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Portugal, S. (2007, Março), *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina do CES – Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n.º 271.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2011). *Relatório do Desenvolvimento Humano: Sustentabilidade e Equidade - um futuro melhor para todos*. Estados Unidos da América: Colorcra of Virginia.
- Roca, Z. (2000), *As “Crianças de Rua” em Angola. Um estudo das necessidades e dos potenciais para a introdução do ensino básico informal*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Rosenau, J. (2000), Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In J. Rosenau & E. Czempiel. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*, pp. 11 a 46. Brasília: Ed. Unb e São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- Santos, B. (2001), Os processos de globalização, in Santos, B. org., *Globalização: fatalidade ou utopia?*, pp. 33 a 106. Porto: Afrontamento.
- Sheng, Y. (s.d.), *What is a good governance?* United Nations, Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. Recuperado em Maio, 28 de 2011 de <http://www.unescap.org/pdd/prs/ProjectActivities/Ongoing/gg/governance.pdf>.

UNESCO (2005, Maio), *Década das nações unidas da educação para o desenvolvimento sustentável – 2005-2014*. Documento Final Plano Internacional de Implementação, Brasília. Edições UNESCO.

UNESCO (2009), *Relatório de Monitoramento Global. Superando desigualdades: por que a governança é importante*. Brasil: Moderna.

UNESCO (2011), *Relatório de Monitoramento Global de EPT. A crise oculta: conflitos armados e educação*. Brasil: Moderna.